



NOTA SOBRE OS CORTES ORÇAMENTÁRIOS DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO E A CONJUNTURA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Nas últimas semanas, a comunidade científica brasileira teve conhecimento de comunicados oficiais dos presidentes das duas mais importantes agências de fomento à pesquisa do País. Na ocasião, tanto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) quanto e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tornaram pública a situação falimentar que atravessa o financiamento para a ciência brasileira. A CAPES requereu uma recomposição de R\$ 300 milhões do seu orçamento para garantir o compromisso de custear bolsas de estudantes e docentes.

Numa situação de grave crise econômica, é preciso dizer que essas bolsas são, muitas vezes, o sustento de pessoas que fazem ciência e, não como se poderia imaginar, um incentivo à dedicação exclusiva ao trabalho de produzir saberes científicos e preservar os tradicionais. O CNPq, por sua vez, alertou que não poderá expandir seus editais e pôs em dúvida a capacidade de assegurar que compromissos firmados sejam, de fato, mantidos.

Além dos cortes previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) contra essas agências, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), executado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), sofrerá um contingenciamento de 63% de seus recursos. Referente ao repasse do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), apenas R\$ 746 milhões estão garantidos, ou seja, 13,3% do total. Novas obras, material de laboratório e manutenção estarão comprometidos.

Assim, dois vetores fundamentais de financiamento do que é feito na "ponta de linha" da produção científica são alvos desses ataques orçamentários: obras para construção de infraestrutura, manutenção de laboratórios e os mecanismos de formação de pessoal e desenvolvimento de pesquisas em alto nível. Desse modo, o estrangulamento total se concretiza a passos largos.

O impacto financeiro direto é calculável. Entretanto, o choque nas atividades de pesquisa, na formação e o conseqüente desperdício de anos de trabalho são irreversíveis. Considerando que este efeito pode ser generalizado em todo sistema público da educação superior, gerações de pesquisadores, professores e estudantes estarão em risco. Sob o argumento da incapacidade do Estado de sustentar estes mecanismos de fomento à produção científica, estaremos diante da maior regressão do sistema de ciência, tecnologia e inovação brasileiro.

Embora a lei orçamentária sancionada garanta correção dos valores destinados ao Ministério da Educação – incluindo-se aí a CAPES e as IFES – isto não recupera a saúde financeira das entidades vinculadas ao MCTIC, casos específicos do CNPq e da FINEP. A confirmação de corte de R\$ 400 milhões inviabilizará novos apoios a projetos de pesquisa e, certamente, dificultará o acesso de novos pesquisadores e novas instituições aos recursos públicos, destinando às IFES interiorizadas e recém-criadas um papel de coadjuvantes, tendo em vista que estarão impossibilitadas de cumprir suas funções constitucionais de desenvolver ensino, pesquisa e extensão. As óbvias conseqüências no sentido do aprofundamento das assimetrias sistêmicas em nosso país e da paulatina desresponsabilização do Estado em patrocinar as ações relacionadas tanto à ciência, tecnologia e inovação quanto à educação superior, não constituem um único forte impacto contra o mundo acadêmico tal qual conhecemos.

A despeito da tormenta anunciada contra às IFES e às instituições de fomento à pesquisa, o resultado final deste desmonte orçamentário resvalará de maneira irreversível na sociedade brasileira. Esta sim, a maior vítima e, sem dúvida, aquela que mais sofrerá as conseqüências dessas drásticas contrarreformas.

A Universidade Federal de Alagoas, tendo servido ao povo alagoano nos últimos 57 anos, reconhece a imensa dificuldade pela qual atravessa neste momento histórico, evidenciado diversas vezes e nos decisivos momentos em que se manifestou favorável ao retorno das regras democráticas, pela continuidade dos recursos à Universidade Aberta do Brasil (UAB), contra a aprovação da PEC 241, atual Emenda Constitucional nº. 95, e contra a Lei da Mordaza na Educação. Recentemente, ao sediar a 70ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a comunidade universitária da UFAL debateu a necessidade da revogação imediata da Lei da Reforma do Ensino Médio, no âmbito da plenária final da Reunião. Essa reforma traz a ausência da formação cidadã crítica, bem como, o reordenamento curricular, o esvaziamento e a possibilidade de extinção de cursos de licenciatura. Além disso, na mesma reunião plenária da 70ª Reunião Anual da SBPC, o texto final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi repudiado, os posicionamentos de associações respeitáveis no cenário científico como a Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED) e a Associação Nacional pela Formação de Professores em Educação (ANFOPE), que reiteram o perigo deste documento, por defender o retorno de uma formação pelas competências dissociadas do conteúdo. Tal como está a proposta, haverá negligências às regionalidades e ênfase na política da educação básica com foco no Ensino Médio, aligeirando e “tecnicizando” a formação da juventude pobre.

Diante de um quadro em que a educação, como um direito, é transformada em mercadoria, a alternativa oferecida por essa lógica perversa aos profissionais da educação é a adaptação obediente aos currículos de licenciatura da BNCC.

Qualquer desequilíbrio na balança de poder do Estado brasileiro afeta profundamente os mais pobres. E é por isso que a Universidade Federal de Alagoas, por acreditar e trabalhar diuturnamente por um futuro melhor, conclama a sociedade alagoana a abraçar a ciência e a educação, dois dos mais fundamentais pilares para construção de uma sociedade justa. Posto que, destruir as possibilidades tanto da ciência quanto da educação pública significa impedir o desenvolvimento coletivo no futuro.

Sala dos Conselhos Superiores da UFAL, em 03 de setembro de 2018.

Apoiam também esta nota:

Comissão Pró-Associação de Pós-Graduandas/os da UFAL
Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia – ExNEPe
Executiva Alagoana de Estudantes de Pedagogia – ExAEPe
Núcleo de Estudantes Africanos de Alagoas – NEA/AL